

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). A COMGÁS é controlada diretamente pela Integral Investments B.V. que é controlada pela BG São Paulo Investments B.V. (com participação de 83,5%) e pela Shell Gas B.V. (com participação de 16,5%) que tem como controladores finais a BG Group plc. e a Royal Dutch Shell plc., respectivamente.

Em 31 de maio de 1999, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre os novos controladores e o poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez por 20 anos mediante requerimento da Concessionária.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da COMGÁS, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As informações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 17 de janeiro de 2012, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações anuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

(a) As informações financeiras anuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais**

adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das informações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A Companhia não possui investimentos em controladas/coligadas e/ou outras transações que gerem efeitos a serem contemplados na demonstração do resultado abrangente.

- (b) Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado" e mantidos até o vencimento.

(a) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a COMGÁS tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9 Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, onde o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 19.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 19.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 19.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A COMGÁS oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na COMGÁS em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na COMGÁS.
- Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a COMGÁS assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelo prazo de vida útil do ativo. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são debitados à demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção". Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

- CPC 33 (IAS 19) - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (a) eliminação da abordagem de corredor, (b) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (c) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (d) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O CPC 38 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 (CPC 38) relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39 (CPC 38). A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a)

***Impairment* do contas a receber**

A provisão para devedores duvidosos é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a provisão é registrada.

Se o resultado apresentasse uma diferença de 10% das estimativas sobre o saldo de provisão já constituído, a Companhia precisaria:

- aumentar o passivo de *impairment* do contas a receber em R\$ 7.683;
- reduzir o passivo de *impairment* do contas a receber em R\$ 7.683.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

(b) Provisões

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

Se o resultado apresentasse uma diferença de 10% das estimativas sobre o saldo de provisão já constituído, a Companhia precisaria:

- aumentar o passivo de provisões em R\$ 24.585;
- reduzir o passivo de provisões em R\$ 24.585.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

Se o resultado apresentasse uma diferença de 10% das estimativas sobre o saldo dos valores já constituídos, a Companhia precisaria:

- aumentar o passivo de empréstimos e financiamentos em R\$ 191.742;
- reduzir o passivo de empréstimos e financiamentos em R\$ 191.742.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

Se o resultado apresentasse uma diferença de 10% das estimativas sobre o saldo de provisão já constituído, a Companhia precisaria:

- . aumentar o passivo de benefícios de planos de pensão em R\$ 14.800;
- . reduzir o passivo de benefícios de planos de pensão em R\$ 14.800.

(e) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - "Reconhecimento da receita" - letra B - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

Se o resultado apresentasse uma diferença de 10% das estimativas sobre o saldo de provisão já constituído, a Companhia precisaria:

- . aumentar o ativo de receita não faturada em R\$ 22.442;
- . reduzir o ativo de receita não faturada em R\$ 22.442.

5 Gestão de risco financeiro

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas de juros.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação. Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nocional, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponíveis, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (EBITDA), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (*covenants*), são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o resultado destes *covenants* estava dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 é de 147,06% e de 98,40% em 31 de dezembro de 2010.

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps* de taxas de juros, onde a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

As operações financeiras contratadas para financiamento de investimentos e capital de giro podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas através de *forwards* ou *swaps* cambiais.

As operações com fornecedores de gás podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente reflete na variação do contas a pagar e no custo de gás. A exposição as variações da moeda estrangeira são absorvidas pelo conta corrente regulatório, os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da COMGÁS em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

- . Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.
- . Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.
- . Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 20.
- . Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 21.

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total (valor nominal).

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia utilizará instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas informações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

					2011
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	479.119	964.950	560.126	309.974	2.314.169
Fornecedores e outras contas a pagar	618.926				618.926
	1.098.045	964.950	560.126	309.974	2.933.095
	2010				
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	457.987	798.436	642.769	219.285	2.118.477
Fornecedores e outras contas a pagar	427.068				427.068
	885.055	798.436	642.769	219.285	2.545.545
	2011				
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	60.976	368.021	311.475	290.845	1.031.317
Entradas (COMGÁS)	18.271	302.501	260.213	309.974	890.959
	2010				
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	100.815	51.958	138.840	194.898	486.511
Entradas (COMGÁS)	67.166	16.054	118.855	168.046	370.121

(d) **Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira**

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos" - Nota 21, os *swaps* cambiais contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os *swaps* serão realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A COMGÁS os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de financiamentos de curto e de longo prazo.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao "mercado ativo - preço cotado", e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

Descrição	Contraparte	Moeda original	Percentual		Vencimento final
			Ativo	Passivo	
EIB II - primeira liberação	Bancos diversos	USD	VC + 3,881 a.a.	94,34 CDI	Junho de 2020
EIB II - segunda liberação	Bancos diversos	USD	VC + 2,936 a.a.	95,20 CDI	Setembro de 2020
EIB II - terceira liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483	88,47 CDI	Maio de 2021
EIB II - quarta liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549	81,11 CDI	Setembro de 2021
HSBC - Resolução nº 4.131	HSBC	USD	VC + 4,06 a.a.	104,40 CDI	Maio de 2013
Itaú - Resolução nº 4.131	ITAÚ	USD	VC + 2,5125 a.a. + IR	109,50 CDI	Agosto de 2013
CHARTERED - Resolução nº 4.131	STD CHARTERED	USD	VC + 2,7412 a.a.	104,90 CDI	Setembro de 2013
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	HSBC	USD	VC + Libor 6M + 2,00 a.a.	94,12 CDI	Outubro de 2013

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) Análise de sensibilidade

A COMGÁS, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da COMGÁS conforme a seguir:

- Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2011.
- Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.
 - Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 31 de dezembro de 2011.
 - Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2011.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

.. Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2011.

Descrição	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	(8.339)	(6.189)	(4.002)
Dívida em moeda estrangeira				
Dívida	Variação do USD		(191.067)	(381.849)
Derivativo (ponta ativa)	Variação do USD		191.067	381.849
Efeito líquido				
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	(57.998)	(72.183)	(86.250)
Dívida em moeda nacional				
Dívida CDI	Variação do CDI	(10.236)	(12.321)	(14.450)
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(78.600)	(91.186)	(103.611)
SELIC (conta-corrente regulatória)		11,00	8,14	5,36
SELIC		11,00	13,93	16,94
USD		1,876	2,345	2,814
CDI		10,87	13,77	16,74
TJLP		6,00	7,50	9,00

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo (por exemplo, derivativos de longo prazo) é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

A Companhia adotou as alterações ao CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro:

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

	2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		762.843		762.843
Total do ativo		762.843		762.843
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(719.481)		(719.481)
Total do passivo		(719.481)		(719.481)
	2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		252.726		252.726
Total do ativo		252.726		252.726
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(299.106)		(299.106)
Total do passivo		(299.106)		(299.106)

Ativo (passivo) regulatório

	2011	2010
Custo de gás a recuperar/(repassar)	156.727	(220.778)
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(6.743)	(9.402)
Ajuste a valor presente sobre tributos	382	521
	<u>150.366</u>	<u>(229.659)</u>
Ativo (passivo) saldo inicial	(229.659)	29.349
Ativo (passivo) saldo final	<u>150.366</u>	<u>(229.659)</u>
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	<u>380.025</u>	<u>(259.008)</u>
Ativo (passivo) regulatório	400.771	(242.092)
Atualização	(10.811)	(5.173)
Outros	(9.935)	(11.743)

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das informações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas informações financeiras aqui apresentadas.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

Instrumentos financeiros por categoria

2011			
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	18.494		18.494
Instrumentos financeiros derivativos		82.164	82.164
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	507.350		507.350
Caixa e equivalentes de caixa	41.110		41.110
	<u>566.954</u>	<u>82.164</u>	<u>649.118</u>
2011			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	1.812.291		1.812.291
Instrumentos financeiros derivativos		38.802	38.802
Debêntures			105.132
	<u>1.812.291</u>	<u>38.802</u>	<u>1.956.225</u>
2010			
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	13.510		13.510
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	447.548		447.548
Caixa e equivalentes de caixa	145.380		145.380
	<u>606.438</u>		<u>606.438</u>
2010			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	1.348.568		1.348.568
Instrumentos financeiros derivativos		46.380	46.380
Debêntures			104.805
	<u>1.348.568</u>	<u>46.380</u>	<u>1.499.753</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

(a) A COMGÁS possui uma carteira de aproximadamente 1.100.000 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	24.256	84.261
AA	16.854	51.116
A		10.003
	<u>41.110</u>	<u>145.380</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), aplicações em títulos privados e LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recursos em banco e em caixa	16.432	5.459
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)		35.187
Aplicações em títulos privados	<u>24.678</u>	<u>104.734</u>
	<u>41.110</u>	<u>145.380</u>

10 Contas a receber - clientes

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas de gás a receber	223.163	195.575
Contas de gás parceladas	11.802	11.691
Devedores por venda de equipamentos	27.485	21.044
Ajuste a valor presente	(2.030)	(1.625)
Receita não faturada	224.418	199.153
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>(76.382)</u>	<u>(55.820)</u>
	<u>408.456</u>	<u>370.018</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

(b) As perdas registradas nos exercícios de 2011 e de 2010 estão abaixo demonstradas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
1º de janeiro	55.820	50.688
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>20.562</u>	<u>5.132</u>
31 de dezembro	<u>76.382</u>	<u>55.820</u>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valores a vencer	73.786	81.765
Vencidos		
Até 30 dias	34.681	7.842
Acima de 30 dias	<u>114.696</u>	<u>105.968</u>
	<u>223.163</u>	<u>195.575</u>

11 Outras contas a receber

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<i>Take or pay</i> - clientes	4.866	3.777
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170
Recobráveis Petrobras		1.541
Outras	<u>5.705</u>	<u>4.226</u>
	<u>11.741</u>	<u>10.714</u>

O valor de "*Take or pay* - clientes" referem-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

12 Estoques

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Estoque de materiais para construção	59.841	52.875
Produto acabado	1.817	1.163
Materiais diversos	<u>28.126</u>	<u>27.970</u>
	<u>89.784</u>	<u>82.008</u>

O saldo da conta "Gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) - Petrobras" no montante de R\$ 78.143 em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificado para a rubrica "Gás/transporte pago e não utilizado".

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

13 Gás/transporte pago e não utilizado

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Transporte (<i>ship or pay</i>) Petrobras	83.984	67.890
Gás (<i>take or pay</i>) Petrobras	<u>27.943</u>	<u>10.253</u>
	<u>111.927</u>	<u>78.143</u>

A recuperação dos saldos referente ao "Gás/transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a COMGÁS, na medida em que se utilize o gás e o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 22.

14 Outros

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Adiantamento a fornecedores	18.374	12.990
Adiantamentos a empregados	8.552	7.690
Despesas antecipadas	1.750	498
Outros	<u>1.480</u>	<u>2.424</u>
	<u>30.156</u>	<u>23.602</u>

15 Impostos indiretos a compensar

A composição dos impostos a compensar é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ICMS a recuperar	37.632	29.595
ICMS sobre ativos	8.896	8.543
Ajuste a valor presente	(505)	(473)
Outros	<u>204</u>	<u>138</u>
	<u>46.227</u>	<u>37.803</u>

16 Ativos destinados à venda

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Moóca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

Em maio de 2011, foi recebido a título de sinal e princípio de pagamento o montante de R\$ 21.053, pela venda do terreno e edificações registrado na rubrica "Adiantamento de clientes" - grupo passivo circulante, a título de adiantamento de clientes e outros.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

17 ICMS a recuperar - não circulante

Corresponde a parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 10.745 (R\$ 9.481 em 31 de dezembro de 2010), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

18 Contas a receber - não circulante

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	2011	2010
Cauções	10.521	7.747
Recobráveis por interferências na rede	5.303	7.834
Devedores por venda de equipamentos	7.184	6.573
Ajuste a valor presente	(496)	(444)
	<u>22.512</u>	<u>21.710</u>

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

19 Intangível

	Movimentações				
	2010	Adições	Transferências	Baixa	2011
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	3.331.990		348.022	(7.923)	3.672.089
Amortização acumulada (ii)	(993.962)	(127.032)	1.515	6.703	(1.112.776)
	2.338.028	(127.032)	349.537	(1.220)	2.559.313
Fidelização do cliente	450.730		115.545		566.275
Amortização acumulada (i)	(234.361)	(78.358)	(1.515)		(314.234)
	216.369	(78.358)	114.030		252.041
Software e outros	189.695		23.380		213.075
Amortização acumulada (i)	(88.480)	(36.691)			(125.171)
	101.215	(36.691)	23.380		87.904
Total do intangível em serviços	2.655.612	(242.081)	486.947	(1.220)	2.899.258
Intangível em andamento	382.467	509.713	(486.947)		405.233
Total do intangível	3.038.079	267.632		(1.220)	3.304.491

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item a), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são compostos como segue:

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a. - %	Movimentação			
		2010	Adições/ transferências	Amortização	Baixa
					2011
Terrenos		19.125	3.970		23.095
Tubulações	3,4	1.883.805	294.422	(93.321)	2.084.904
Edificações e benfeitorias	2,7	54.013	6.037	(4.641)	55.298
Máquinas e equipamentos	5,4	354.146	46.402	(26.567)	373.186
Equipamentos de transporte	20	9.831	1.131	(3.559)	7.287
Equipamentos e móveis administrativos	10	17.108	(2.425)	1.056	15.543
		<u>2.338.028</u>	<u>349.537</u>	<u>(127.032)</u>	<u>2.559.313</u>

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 127.032 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O imposto de renda e a contribuição sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 5.985 em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 6.768). O valor líquido referente a realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 25.830 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 21.753) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

20 Empréstimos e financiamentos

	2011		2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos	342.587	1.466.115	342.462	1.006.106
Debêntures não conversíveis	38.462	66.670	4.805	100.000
Obrigações por arrendamentos financeiros	1.253	2.336		
	<u>382.302</u>	<u>1.535.121</u>	<u>347.267</u>	<u>1.106.106</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

		2011		2010	
	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto II)	TJLP + 4,0 a.a.			19.097	
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	38.483	9.570	38.645	47.849
BNDES (Projeto IV) - direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.234	75.581	38.383	113.372
BNDES (Projeto IV) - direto c/ fiança	TJLP + 2,8 a.a.	92.231	182.368	92.554	273.552
BNDES (Projeto III) - Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	15.754	3.916	15.825	19.582
BNDES (Projeto III) - Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.	15.754	3.916	15.825	19.582
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	100.500	442.179	27.302	321.502
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a.	27.372		29.468	23.313
		328.328	717.530	277.099	818.752
Em moeda estrangeira (*)					
BNDES (Cesta de Moedas)	7,87 a.a.			4.667	
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC) - USD	8,11 a.a.			4.928	
EIB II - primeira liberação - USD	3,881 a.a.	3.042	171.350	5.557	129.814
EIB II - segunda liberação - USD	2,936 a.a.	1.095	69.423	1.883	57.540
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	1.153	123.418		
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	2.265	118.850		
HSBC - USD	4,06 a.a.		35.930	48.328	

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

	<u>Encargos - %</u>	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Itaú - USD	3,35 a.a.	1.955	56.952		
CHARTERED - USD	2,74 a.a.	2.329	82.074		
HSBC (Sumitomo) - Res. 4131	LIBOR 6M + 2,00 a.a.	<u>2.420</u>	<u>90.588</u>		
		<u>14.259</u>	<u>748.585</u>	<u>65.363</u>	<u>187.354</u>
		<u>342.587</u>	<u>1.466.115</u>	<u>342.462</u>	<u>1.006.106</u>

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2011</u>
2013	490.755
2014	286.784
2015	163.306
2016 em diante	<u>525.270</u>
	<u>1.466.115</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, se aproximam aos seus valores contábeis.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>Encargos - % a.a.</u>
Bank EIB (II) primeira liberação	3,881
Bank EIB (II) segunda liberação	2,936
Bank EIB (II) terceira liberação	LIBOR 6M
Bank EIB (II) quarta liberação	LIBOR 6M
HSBC - Resolução nº 4.131	4,06
Itaú - Resolução nº 4.131	3,35
CHARTERED - Resolução nº 4.131	2,74
HSBC (SUMITOMO) - Resolução nº 4.131	LIBOR 6M+2,00

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

- Projeto II - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú.
- Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.
- Projeto IV - operação direta com o BNDES: recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; operação direta com o BNDES: Fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- Projeto V - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento garantido com desembolsos/saque de 2011 de R\$ 50.000.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia desembolsou a totalidade do segundo contrato de empréstimo de € 100.000 mil assinado com o EIB. Este contrato foi desembolsado/sacado em duas tranches sendo a primeira de R\$ 115.496 em 25 de maio de 2011 e a segunda de R\$ 120.075 em 15 de setembro de 2011. Este contrato é amparado por garantias bancárias prestadas pelos bancos Santander e Banco Itaú Chile com 50% para cada instituição.

O financiamento obtido junto ao Banco Itaú/BBA (Repasse IFC) tem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais.

O prazo de vencimento de cada contrato é de dez anos a partir da data de desembolso para o financiamento destinado à expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos dos anos de 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012 para dar suporte à operação da Companhia.

(b) Debêntures não conversíveis

Emissão	Série	Quantidade	Remuneração - %	2011		2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Segunda	Única	1	CDI + 1,5 a.a.	38.462	66.670	4.805	100.000
				<u>38.462</u>	<u>66.670</u>	<u>4.805</u>	<u>100.000</u>

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2011 foi efetuado o terceiro pagamento de juros no valor de R\$ 12.909, sendo que o próximo pagamento de juros está previsto para agosto de 2012.

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

(c) Obrigações por arrendamentos financeiros

Em moeda nacional	Pagamentos mensais com vencimento final em	2011		2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Licenças de software	2014	1.253	2.336		
		<u>1.253</u>	<u>2.336</u>		

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

Anos	2011	2010
Menos de um ano	1.417	
Mais de um ano e menos de cinco anos	3.082	
	4.499	
Efeito de desconto	(910)	
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil	3.589	

21 Instrumentos financeiros derivativos

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos:

Em moeda estrangeira	Encargos - %	2011		2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	
BNDES (cesta de moedas)	113 do CDI			(6.900)	
Banco Itaú/BBA - (repasse IFC)	110,0 do CDI			(8.836)	
EIB II - primeira liberação	94,34 do CDI	(7.388)	7.610	(18.441)	
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	(4.027)	4.517	(9.616)	
EIB II - terceira liberação	88,47 do CDI	(7.264)	15.118		
EIB II - quarta liberação	81,11 do CDI	(6.898)	16.049		
HSBC	104,40 do CDI		3.757	(2.486)	
Itaú	109,50 do CDI	(3.179)	10.731		
Chartered	104,90 do CDI	(4.962)	14.219		
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	94,12 do CDI	(5.022)	10.163		
NDF		(62)		(101)	
		(38.802)	82.164	(46.380)	
		2011		2010	
		Ativa	Passiva	Ativa	Passiva
BNDES (cesta de moedas)				4.179	(11.080)
Banco Itaú/BBA - (repasse IFC)				4.928	(13.764)
EIB II - primeira liberação	174.393	(174.171)	135.121	(153.561)	
EIB II - segunda liberação	70.518	(70.028)	60.386	(70.002)	
EIB II - terceira liberação	124.571	(116.717)			
EIB II - quarta liberação	121.115	(111.965)			
HSBC	35.930	(32.173)	48.112	(50.598)	
Itaú	58.906	(51.354)			
Chartered	84.402	(75.145)			
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4131	93.008	(87.866)			
NDF		(62)		(101)	
	762.843	(719.481)	252.726	(299.106)	

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Devido à alta volatilidade da variação da taxa de câmbio entre reais e dólares dos EUA a Companhia não adota a contabilidade de cobertura dos seus instrumentos de derivativos (*swaps*). Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2011, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos.

Desta forma, a administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

22 Fornecedores

A composição do saldo registrado na rubrica "Fornecedores" é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fornecedores de gás/transporte	513.632	349.870
Fornecedores de mats./serviços	<u>80.505</u>	<u>74.235</u>
	<u>594.137</u>	<u>424.105</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro de 2013, com quantidade diária contratada de 4,27 milhões de m³/dia, a qual aumentará periodicamente até atingir o volume de 5,22 milhões de m³/dia em agosto de 2012.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,75 milhões de m³/dia, a qual será reduzida periodicamente até atingir o volume de 8,10 milhões de m³/dia em agosto de 2012.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme flexível, com quantidade contratada de 1,0 MMm³/dia de gás natural na qual a Petrobras fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.
- Dois contratos de gás do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 3,06 MMm³/dia, sendo 2,76 MMm³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência em 31 de dezembro de 2013 e 0,3 MMm³/dia com a Corn Products com vigência em 31 de março de 2023.
- Contrato de curto prazo com a Petrobras realizado através de leilão eletrônico em novembro de 2011, no qual a COMGÁS contratou uma quantidade de 3,2 MMm³/dia para o período de dezembro de 2011 a março de 2012, com nível de TOP 60%.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras para o período de dezembro a março de 2012, no qual a COMGÁS poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela COMGÁS e aceitos pela Petrobras.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de 18 MMm³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012.

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da COMGÁS (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na linha "Gás/transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

23 Partes relacionadas

(a) Companhias controladoras

O saldo a pagar referente a companhias controladoras em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

	Movimentação			2011
	2010	Despesas/ atualizações	Pagamentos	
Grupo BG OSA/CSA	163	461	(329)	295
Grupo Shell CSA	1.009	4.635	(4.689)	955
	<u>1.172</u>	<u>5.096</u>	<u>(5.018)</u>	<u>1.250</u>

Os contratos estão assim divididos:

(i) Grupo BG

- Operational Services Agreement* (OSA) - a BG fornece pessoal operacional e serviços operacionais com a finalidade de manter, operar, desenvolver, e caso apropriado, expandir as operações da Companhia de forma segura e eficiente e dentro do quadro regulatório.
- Commercial Services Agreement* (CSA) - a BG deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(ii) Grupo Shell

- Commercial Services Agreement* (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e demais benefícios de curto prazo	<u>11.409</u>	<u>9.998</u>
	<u>11.409</u>	<u>9.998</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro antes de IR/CS	315.729	837.236
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>(107.348)</u>	<u>(284.660)</u>
Débitos/créditos permanentes		
Juros sobre capital próprio	23.731	21.213
Outros	<u>4.027</u>	<u>6.191</u>
	<u>(79.590)</u>	<u>(257.256)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	<u>Obrigação de benefícios de aposentadoria</u>	<u>Provisões</u>	<u>Perdas valor justo</u>	<u>Ativo/ (passivo) regulatório</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Ativo de imposto diferido						
Em 31 de dezembro de 2010	45.531	38.123	18.536	(78.084)	(22.230)	1.876
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	<u>4.790</u>	<u>(932)</u>	<u>25.559</u>	<u>129.208</u>	<u>1.936</u>	<u>160.561</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>50.321</u>	<u>37.191</u>	<u>44.095</u>	<u>51.124</u>	<u>(20.294)</u>	<u>162.437</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

	<u>Ganhos de valor justo</u>	<u>Reavaliação de imóveis</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Passivo de imposto diferido				
Em 31 de dezembro de 2010	18.961	6.742		25.703
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>21.765</u>	<u>(757)</u>	<u>7.110</u>	<u>28.118</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>40.726</u>	<u>5.985</u>	<u>7.110</u>	<u>53.821</u>
Líquido	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>	<u><u>108.616</u></u>

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

25 Provisão para contingências

	<u>2010</u>	<u>Atualizações/ ingressos</u>	<u>Baixas</u>	<u>2011</u>
Trabalhistas	11.116	3.952	(5.170)	9.898
Cíveis	30.558	7.924	(1.078)	37.404
Fiscais	<u>19.770</u>	<u>1.464</u>	<u>(8.099)</u>	<u>13.135</u>
	<u><u>61.444</u></u>	<u><u>13.340</u></u>	<u><u>(14.347)</u></u>	<u><u>60.437</u></u>

- (a) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo remanescente de processos classificados como possíveis é de R\$ 559 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.317).
- (b) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 43.622 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.650), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.
- (c) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 64.270 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.770), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

26 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 671.672. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado é de R\$ 636.985 (R\$ 636.985 em 31 de dezembro de 2010), representado por

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

	Quantidades de ações - milhares					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Integral Investments BV	82.521	87,87	3.649	14,08	86.170	71,91
MCAP POLAND Fundo						
Inv. em ações	999	1,06	10.644	41,08	11.643	9,72
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09			7.594	6,34
TAEF FUND LLC	763	0,81	1.895	7,31	2.658	2,22
Outros	2.034	2,17	9.724	37,53	11.758	9,81
	<u>93.911</u>	<u>100,00</u>	<u>25.912</u>	<u>100,00</u>	<u>119.823</u>	<u>100,00</u>

(b) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da COMGÁS (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 28 de abril de 2011, foi deliberado a destinação de R\$ 296.304 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2010 para distribuição de dividendos em 2011.

O pagamento desse montante foi realizado dentro do exercício social de 2011, em três parcelas, da seguinte forma:

- A primeira parcela no valor de R\$46.304, que foi paga em 30 de junho de 2011.
- A segunda parcela no valor de R\$130.000, que foi paga em 31 de agosto de 2011.
- A terceira parcela no valor de R\$120.000, que foi paga em 30 de novembro de 2011.

Dividendos	
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2011	236.139
Movimentação de lucros acumulados	<u>1.638</u>
	<u>237.777</u>
Constituição da reserva legal (5%)	<u>11.889</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>225.888</u>
Dividendos mínimos 2011	<u>56.472</u>
Juros sobre capital próprio bruto	(69.798)
IR sobre juros capital próprio	<u>8.984</u>
Juros sobre capital próprio líquido	<u>(60.814)</u>
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2011	<u><u></u></u>

Durante o ano de 2011 foram distribuídos juros sobre capital próprio no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios, portanto não existe saldo de dividendos mínimos obrigatórios a pagar em 31 de dezembro de 2011.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

(c) Juros sobre o capital próprio

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o quarto e último crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 8.958, que foi pago em 28 de janeiro de 2011.

Em 28 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a primeira parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 37.790, que foi paga em 28 de julho de 2011.

Em 27 de outubro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a segunda parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 16.004, que foi paga em 30 de novembro de 2011.

Em 16 de novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a terceira parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 10.669, que foi paga em 15 de dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a quarta e última parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 5.335, que será paga em 31 de janeiro de 2012.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2012, relativos ao exercício social de 2011, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - "Pronunciamento Conceitual Básico".

(d) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

27 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2011, utilizamos as seguintes premissas:

	2011
Taxa de desconto	10,25
Taxa de inflação	4,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,75
Aumentos salariais futuros	7,65
Aumentos de planos de pensão futuros	4,5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Valor das obrigações atuariais	210.612	191.739
Perda atuarial não reconhecida	(56.715)	(44.698)
Valor justo dos ativos do plano	(5.895)	(13.125)
Passivo atuarial líquido	148.002	133.916

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>
Passivo atuarial líquido	133.916
Despesa no exercício	22.876
Contribuições do empregador	<u>(8.790)</u>
Passivo atuarial líquido	<u><u>148.002</u></u>

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	449	460
Juros sobre obrigação atuarial	20.001	17.655
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.429)	(1.388)
Amortização de perdas atuariais	<u>3.855</u>	<u>1.476</u>
Despesas no exercício	<u><u>22.876</u></u>	<u><u>18.203</u></u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha "Impostos de renda e contribuição social diferidos", no grupo não circulante (vide Nota 24(b)).

A Companhia mantém com o Itaú Previdência e Seguros S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2011 foi de R\$ 4.198 (R\$ 4.073 no exercício de 2010), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

28 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

A composição da margem por segmento é a seguinte:

[illegible]

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

[illegible]

29 Receita

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	5.111.514	5.100.989
Impostos sobre vendas	<u>(1.008.854)</u>	<u>(1.005.646)</u>
Receita líquida	<u><u>4.102.660</u></u>	<u><u>4.095.343</u></u>

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função. Conforme requerido pelo CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas com pessoal	157.930	141.068
Despesas com materiais/serviços	229.814	190.741
Despesas operacionais	2.015	6.446
Depreciação e amortização	<u>240.595</u>	<u>209.702</u>
Despesas por natureza	<u><u>630.354</u></u>	<u><u>547.957</u></u>

31 Receitas e despesas financeiras

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(156.786)	(141.587)
IOF/despesas bancárias/comissões	(16.127)	(16.129)
Capitalização de juros	25.830	21.753
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(20.450)	(18.114)
Ajuste valor a mercado	(9.951)	
Outras	<u>(4.932)</u>	<u>(2.201)</u>
	<u>(182.416)</u>	<u>(156.278)</u>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(1.357)	(310)
Variações monetárias ativas	49	44
Variações monetárias passivas	<u>(2.107)</u>	<u>(9.381)</u>
	<u>(3.415)</u>	<u>(9.647)</u>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	11.143	12.230
Receitas de aplicações financeiras	11.825	11.825
Juros	2.363	1.724
Ajuste valor a mercado		5.614
Outras	<u>540</u>	<u>(58)</u>
	<u>25.871</u>	<u>31.335</u>
	<u><u>(159.960)</u></u>	<u><u>(134.590)</u></u>

32 Resultado por ação

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	2011			2010		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do exercício	54.983	181.156	236.139	135.044	444.936	579.980
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R\$	2,12	1,93	1,97	5,21	4,74	4,84

33 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

Risco	Milhares de reais
Risco operacional	191.019
Responsabilidade civil	159.000

34 Compromissos assumidos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 41.518 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 42.571 em 31 de dezembro de 2010) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 1.293.251 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.614.609 em 31 de dezembro de 2010) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 13 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram a R\$ 6.341 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 6.775).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	5.848	6.341
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>897</u>	<u>6.745</u>
	<u>6.745</u>	<u>13.086</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros		
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u>6.745</u>	<u>13.086</u>